

**HABEAS CORPUS Nº 481.443 - ES (2018/0318842-8)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : J A**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **J. A.** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Consta dos autos que o paciente foi representado pela suposta prática de atos infracionais equiparados ao crime previsto no art. 33, *caput* da Lei n. 11.343.2006. O Juízo de primeiro grau, ao julgar procedente a pretensão deduzida na representação, aplicou ao paciente medida socioeducativa de semiliberdade (e-STJ, fls. 10-16).

Inconformados, ambas as partes interpueram apelação, tendo o Tribunal Estadual dado provimento ao recurso do Ministério Público, para aplicar a medida socioeducativa de internação (e-STJ, fls.18-21).

Eis a ementa:

"APELAÇÃO – ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – CABIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO – REQUISITOS OBJETIVO E SUBJETIVO PREENCHIDOS – RECURSO DO REPRESENTADO DESPROVIDO E RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDO.

1. A autoria e materialidade do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas restou devidamente comprovada, razão pela qual não há que se falar em absolvição do adolescente.

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem por escopo a proteção da criança e do adolescente, de modo que a imposição de medida socioeducativa deve ter como norte a finalidade de conscientizar o menor infrator que seu agir discrepa da ordem jurídica criada pelo meio social como orientador da conduta dos indivíduos, no intuito de que este reveja os seus atos e passe a se guiar de maneira condizente com o esperado pela sociedade civil, jamais podendo se encarada, então, como uma forma de punição ao menor infrator.

3. A medida socioeducativa de internação mostra-se adequada ao presente caso, tendo em vista que os requisitos objetivo e subjetivo foram preenchidos" ( e-STJ, fl. 18).

Neste *writ*, a impetrante alega , em síntese, existir violação ao art. 122 do ECA, porquanto "não houve uso de grave ameaça ou violência à pessoa" (e-STJ, fls. 1-9).

Requer, a concessão da ordem, afim de "anular o acórdão em vista da

ausência de fundamentação válida para sustentar a medida socioeducativa de internação, com o respectivo restabelecimento da decisão de piso pela semiliberdade" (e-STJ, fl. 9)

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 27).

Prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ, fls. 32-37).

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Dispõe a Lei n. 8.069/1990:

"Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

§ 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada".

Conforme a Súmula 492/STJ, "o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente".

A Corte estadual deu provimento à apelação ministerial para aplicar a medida socioeducativa consistente em internação, pelos seguintes fundamentos:

"[...] Na hipótese entendo que o requisito objetivo se encontra preenchido, na medida em que o adolescente **possui quatro representações em seu desfavor, todas relacionadas à prática de atos infracionais análogos ao crime de tráfico de drogas, tendo, inclusive, duas representações transitadas em julgado, configurando, assim, o reiterado cometimento em infrações graves.**

[...] Do mesmo modo, o requisito subjetivo para a imposição da medida socioeducativa de internação também se faz presente, pois não há nenhuma outra medida capaz de ressocializar o recorrente e protegê-lo das más influências que o tem cercado.

Neste sentido, insta mencionar ainda, que o adolescente demonstrou conviver em um contexto conturbado, de envolvimento com as drogas, sendo esta, portanto, a medida mais adequada ao caso concreto.

[...]" (e-STJ, fls. 20-21 – grifou-se).

A medida socioeducativa consistente em internação foi aplicada em face

da "reiteração no cometimento de outras infrações graves" (ECA, art. 122, II).

A toda evidência, não há, no ato judicial impugnado, "ilegalidade ou abuso de poder" à liberdade de locomoção a ser sanado (CR, art. 5º, LXVIII).

Nada seria necessário acrescentar aos fundamentos do acórdão, os quais, evitando tautologia, adoto, apenas para reforçá-los. Ademais, transcrevo, parcialmente, ementas de acórdãos desta Corte versando sobre casos similares:

"O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não admite a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio previsto no ordenamento jurídico. Contudo, nos casos de flagrante ilegalidade, a ordem poderá ser concedida de ofício.

**Esta Quinta Turma, na esteira da jurisprudência do Pretório Excelso, firmou o entendimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente não estipulou um número mínimo de atos infracionais graves para justificar a internação do menor infrator com fulcro no art. 122, inciso II, do ECA (reiteração no cometimento de outras infrações graves).**

Consoante a nova orientação, cabe ao magistrado analisar as peculiaridades de cada caso e as condições específicas do adolescente a fim de melhor aplicar o direito.

Precedentes desta Corte: HC 277.068/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 02/05/2014; HC 277.601/MG, Relatora Ministra LAURITA VAZ, DJe de 07/03/2014; HC 288.015/SP, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, DJe de 08/08/2014; HC 282.853/PE, Relator Ministro JORGE MUSSI, DJe de 07/08/2014; HC 287.351/SP, Relatora Ministra LAURITA VAZ, DJe de 26/05/2014.

Precedentes do Pretório Excelso: HC 94.447/SP, Relator Ministro LUIZ FUX, DJe 06/05/2011; HC 84.218/SP, Relator Ministro JOAQUIM BARBOSA, DJe de 18/04/08).

*In casu*, a medida constritiva foi imposta em razão das peculiaridades do caso concreto - reiteração de ato infracional e relatório polidimensional indicando a necessidade de atendimento sistemático -, aptas a permitir a aplicação da medida extrema. Como se vê, o magistrado atento às condições pessoais e sociais do menor bem fundamentou a necessidade de aplicação da medida mais rigorosa.

**Ressalte-se que não se exige trânsito em julgado de eventual medida socioeducativa anteriormente aplicada para configurar a reiteração de ato infracional previsto no art. 122, inciso II, do ECA. Isso porque não é possível estender ao âmbito do ECA o conceito de reincidência, tal como previsto na lei penal.**

*Habeas corpus* não conhecido" (HC 305.987/RJ, Rel. Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME [Desembargador convocado do TJ/SP], QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2014 – grifou-se).

"[...]

III - A medida socioeducativa de internação está autorizada nas hipóteses taxativamente previstas no art. 122 do ECA (v. g. HC n. 291176/SP, QUINTA TURMA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe de 21/8/2014).

**IV - A reiteração no cometimento de infrações capaz de ensejar a incidência da medida socioeducativa de internação, a teor do art. 122, inciso II, do ECA, ocorre quando praticadas outras infrações graves, devendo ser levadas em consideração as circunstâncias do caso concreto (Precedentes do STJ e do STF).**

V - *In casu*, a aplicação da medida de internação se mostra adequada, tendo em vista que o menor, representado pelo ato infracional equiparado a tráfico de drogas, já havia sido condenado à mesma medida ora imposta pela prática de ato infracional grave equiparado ao crime de roubo" (HC 295.362/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/09/2014 – grifou-se).

"1. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não existe fundamento legal para o argumento de que é necessário o número mínimo de três atos infracionais graves para a incidência do inciso II do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para a Corte Suprema, o aplicador da lei deve analisar e levar em consideração as peculiaridades de cada caso concreto para uma melhor aplicação do direito. Pondera que o magistrado deve apreciar as condições específicas do adolescente - meio social onde vive, grau de escolaridade, família - dentre outros elementos que permitam uma maior análise subjetiva do menor.

2. Na espécie, a medida de internação foi aplicada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem assim em atenção às particularidades do caso, tendo em vista a natureza da droga apreendida - *crack* -, evidenciando o comprometimento do adolescente com o crime, bem como a reiteração no cometimento de outras infrações graves" (RHC 48.629/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2014 – grifou-se).

"[...]

3. No caso, o descumprimento de medida anterior, associado à reiteração de infrações anteriores, não recomenda a aplicação de medida menos severa. Medida de internação que, ante a gravidade da conduta infracional e as características e condições pessoais do adolescente, mostra-se adequada e congruente com o propósito curativo e educativo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

4. Ordem denegada" (HC 215.713/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2012 – grifou-se).

"Nos termos dos precedentes recentemente julgados por esta Sexta Turma (HC 282.766/SP e HC 287.354/SP) e do Supremo Tribunal Federal (HC 94.447 e HC 84.218), mostra-se devidamente fundamentada a aplicação de medida socioeducativa de internação para atos infracionais análogos ao delito de tráfico de entorpecentes, nas hipóteses em que evidenciado o envolvimento reiterado do paciente em atos infracionais graves, bem como em razão das condições pessoais do menor" (HC 292.204/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD [Desembargadora convocada do TJ/SE], SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2014).

No caso *sub judice*, comprovada a reiteração da prática do ato infracional grave – *in casu*, análogo ao delito de tráfico de drogas –, impõe-se a confirmação do acórdão que aplicou ao adolescente medida socioeducativa consistente em internação (ECA, art. 122, II).

Em face do exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

